

A ser empenhado na seguinte dotação orçamentária: Programa de trabalho: 01.032.1493.8752.0000; Natureza da despesa: 33.90.39.00; Fonte de recurso/origem do recurso estadual: 0101000000. Belém/PA, 13 de agosto de 2020.
GUILHERME DA COSTA SPERRY
Procurador-Geral de Contas do Estado do Pará

Protocolo: 570174

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

APOSENTADORIA

ATO Nº 103/2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o nº 38603/2019, em 26/8/2019;
CONSIDERANDO os termos do Parecer nº 455/2019-ASS/JUR/PGJ, datado de 11/12/2019, acolhido in totum;
RESOLVE:
APOSENTAR, voluntariamente, a servidora efetiva deste Órgão Ministerial DEBORAH MAIA CRESPO, Matrícula nº 999.170, ocupante do cargo de Médico-MP-ATE-D-V, com proventos integrais e com paridade, em conformidade com o artigo 3º, incisos I, II e III e parágrafo único; artigos 2º e 5º da Emenda Constitucional nº 47/2005, percebendo, nessa situação, os proventos mensais de R\$ 32.984,94 (trinta e dois mil novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), a partir de 10/8/2020, conforme abaixo discriminado:

DESCRIÇÃO	REF	VALOR EM R\$
VENCIMENTO BASE	30 dias	8.985,63
GRATIFICAÇÃO DE ESCOLARIDADE	80%	7.188,50
ADICIONAL DE FUNÇÃO		2.323,97
VPNI - LEI Nº 8.329/15	-	2.030,37
VB DEC. JUD. INCORPORADA	12%	2.219,77
ADIC. P/T SERVIÇO	45%	10.236,79
TOTAL BRUTO		32.984,94

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
Belém, 10 de agosto de 2020.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 570224

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DA PORTARIA Nº 012/2019-MP/PJMEI, de 04/12/2019
Instaura o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 000197-066/2020, com o prazo de validade de 1 (um) ano (artigo 11, da Resolução nº 174/2017), com o escopo de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do TAC (SIMP Nº 000311-066/2019), promovendo diligências para posterior ajuizamento de ação civil pública ou outras medidas judiciais ou, ainda, o arquivamento do presente, nos termos da lei.
GABRIELA RIOS MACHADO
Promotora de Justiça Titular da PJ Melgaço
Em trabalho remoto (Artigo 1º, § 1º do Ato Conjunto n. 001/2020 – MP/PGJ/CGMP)

Protocolo: 569968

PORTARIA Nº 1.955/2020-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 1434p9/2020, em 26/6/2020,
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça RENATA FONSECA DE CAMPOS para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo expediente da Coordenação das Promotorias de Justiça de Santarém, durante o afastamento da titular DULLY SANAE ARAUJO OTAKARA, no período de 1º a 31/07/2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 2 de julho de 2020.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça
PORTARIA Nº 2.090/2020-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e, considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 9347/2020, em 6/3/2020,
CONSIDERANDO a dispensa do Promotor de Justiça Reginaldo Cesar Lima Alvares da função de Coordenador da Região Administrativa 03 – Região Nordeste I, por meio da PORTARIA Nº 1.552/2020-MP/PGJ, datada de 20/3/2020, publicada no D.O.E. em 3/4/2020,
CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2014-CPJ, datada de 16/7/2014, publicada no D.O.E. em 29/7/2014,
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça TATIANA FERREIRA GRANHEN para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer, a função de Coordenador da Região Administrativa 03 – Região Nordeste I, no período de 5/3 a 31/12/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 3 de agosto de 2020.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça
PORTARIA Nº 2.120/2020-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o nº 13444/2020, em 03/06/2020,
R E S O L V E:
I – DISPENSAR, a pedido, as Promotoras de Justiça SUELY REGINA FERREIRA AGUIAR CATETE e SOCORRO DE MARIA PEREIRA GOMES DOS SANTOS das funções de representantes do Ministério Público do Estado do Pará, na condição de titular e suplente, respectivamente, na Câmara Técnica Estadual de Transplante de Tecidos Oculares – CTE-TO, designadas pela PORTARIA Nº 668/2020-MP/PGJ, de 07/02/2020, publicada no D.O.E. de 24/02/2020, a contar de 28/07/2020.
II – LOUVAR a colaboração, a competência, a dedicação e a lealdade com que as Doutoras Suely Regina Ferreira Aguiar Catete e Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos se houveram no desempenho das atribuições de referidas funções.
III – DESIGNAR a Promotora de Justiça MARIELA CORRÊA HAGE para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de representante do Ministério Público do Estado do Pará na Câmara Técnica Estadual de Transplante de Tecidos Oculares – CTE-TO, a contar de 28/07/2020, até ulterior deliberação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 5 de agosto de 2020
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça
PORTARIA Nº 2.145/2020-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a conclusão dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial para fins de Avaliação Periódica de Desempenho Funcional, instituída pela PORTARIA Nº 89/2016-MP/SGJ-TA, de 22/03/2016, publicada no D.O.E. de 13/04/2016, e os termos do Parecer nº 121/2020-ASS/JUR/PGJ, datado de 21/7/2020, acolhido in totum, contido na instrução do Ofício nº 36/2020-MP/DRH/DDP, datado de 7/7/2020, protocolizado sob o nº 15133/2020, em 10/7/2020,
R E S O L V E:
HOMOLOGAR o resultado da Avaliação de Desempenho referente ao estágio probatório da servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	CÓDIGO
LORENA MESQUITA SILVA VIANA	ANALISTA JURÍDICO	MP-ATE-402-A-1

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 10 de agosto de 2020.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 570258

EXTRATO DA PORTARIA de INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL
SIMP Nº 000423-059/2020 - PJ DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA/PA
PORTARIA Nº 12/2020- MP/PJSSBV
O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da Promotoria de Justiça de São Sebastião da Boa Vista torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL nº 06/2020-PJSSBV (SIMP Nº 000390-059/2020), o qual se encontra à disposição na sede de Promotoria de Justiça, situada na Avenida das Acácias s/n, bairro Aeroporto, São Sebastião da Boa Vista/PA. Portaria de Instauração de Inquérito Civil (SIMP Nº 000423-059/2020) instaurado com a finalidade de apurar a responsabilidade pelas irregularidades detectadas no Portal da Transparência da Prefeitura de São Sebastião da Boa Vista, em especial na ausência de informações referente as despesas com a folha de pagamento do ano de 2020.
São Sebastião da Boa Vista / PA, 10 de agosto de 2020.
PATRICIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN
PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

Protocolo: 569985

EDITAL Nº 006/2020-MP/2ªPJM
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através da Promotora de Justiça da 1ª PJ de Mosqueiro – Distrito de Belém/PA, Dra . Ana Maria Magalhães de Carvalho, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 006/2020-MP/2ªPJM, que se encontra a disposição na sede da Promotoria de Justiça de Mosqueiro, localizada na Travessa Pratiqara nº 702, Bairro Vila, Distrito de Mosqueiro, CEP 66.910-970, Município de Belém, Estado do Pará, Fone (91) 3771-1311.
Instaurante: Ministério Público do Estado do Pará, em conformidade com o art. 127, art. 129, II e III, da Constituição Federal.
Assunto: Acompanhar medida de proteção em favor da criança E.V.M.D.S. Mosqueiro, 04 de março de 2020
ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO
2ª Promotora de Justiça de Mosqueiro

Protocolo: 570007

EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL Nº 12/2020 – MPPA/PJSSBV
RECOMENDAÇÃO
RECOMENDA-SE ao EXCELENTÍSSIMO PREFEITO DO MUNICÍPIO SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, Senhor JOSÉ HILTON PINHEIRO DE LIMA que: tome as devidas providências com vistas a adequar o Portal da Transparência do Município de São Sebastião da Boa Vista ao que prescreve o artigo 8º, § 3º, inciso VI da Lei 12.527/201148, de modo que sejam disponibiliza-